



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

Ref.: - Licitação modalidade Concorrência Pública nº 03/2019, Processo nº 105/2019.

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa licitante inabilitada recorrente: **HP ENGENHARIA LTDA - ME** e com as **CONTRARRAZÕES** apresentada pela empresa licitante habilitada impugnante: **DGB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, em face da **r. decisão** proferida pela Comissão Municipal de Licitação na **fase de habilitação** do referido certame licitatório.

Notou-se que depois da **r. decisão** proferida pela Comissão Municipal de Licitação na **fase de habilitação** da licitação em referência, na qual **decidiu e julgou INABILITADA**, a empresa licitante: **HP ENGENHARIA LTDA - ME**, abriu-se prazo legal para interposição de recursos, verificando-se a insurgência dentro do prazo legal, do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa licitante inabilitada recorrente: **HP ENGENHARIA LTDA - ME**, requerendo a reforma da **r. decisão** da Comissão Municipal de Licitação. Ao depois, concedido direito a **impugnação** ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto, apenas a empresa licitante habilitada impugnante: **DGB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, apresentou suas **CONTRARRAZÕES**.

Refletindo sobre o embasamento legal da **r. decisão** recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no Edital da Licitação escolhida e as alegações das empresas licitantes recorrente e impugnante, bem como, amparado na **manifestação** constante do **parecer jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, **convenço-me** de que a Comissão Municipal de Licitação acertou em **não reconsiderar** sua decisão anteriormente proferida, **não dando provimento** ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa licitante inabilitada recorrente: **HP ENGENHARIA LTDA - ME**, mantendo assim a decisão recorrida que outrora **decidiu e julgou INABILITADA** a prosseguir nas demais fases do certame licitatório, a empresa licitante: **HP ENGENHARIA LTDA - ME**, pelo não atendimento da exigência constante do **item 6.2.4.3. do Edital nº 68/2019** da Licitação.

Com efeito, este julgamento da Comissão Municipal de Licitação é lícito e deve ser validado. Posto que, procedendo à análise das razões arguidas tanto pela empresa recorrente quanto pela empresa impugnante, **entendo** que o **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa licitante inabilitada recorrente: **HP ENGENHARIA LTDA - ME**, deve ser **improvido**, acolhendo a **manifestação** constante do **parecer jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, que assim opinou:

“(...)

3. A empresa protocolou o presente recurso administrativo, tempestivamente, solicitando que seja reconsiderada a decisão da Comissão e reconhecida a capacidade da recorrente, bem como determinada sua habilitação da mesma a Concorrência Pública n. 03/2019. Houve apresentação de contrarrazões pela empresa DGB Engenharia e Construções Ltda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

4. No presente caso, a Comissão de Licitação desabilitou a empresa recorrente com seu brilhantismo habitual, não assistindo razão a recorrente em suas alegações, vejamos:

O edital exige o seguinte:

6.2.4.3 - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, com prazo de validade de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a data fixada para a entrega dos envelopes

O processo administrativo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, que prevê em seu artigo 3º:

Art. 3 - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes aos correlatos. (grifo nosso)

5. Como todo ato administrativo, a licitação é um procedimento formal. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo. A lei de licitações conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei. Sendo assim, o edital de licitação tem força de lei e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado.

6. Portanto, no instante em que a Administração exigiu no edital que as empresas licitantes apresentassem a Certidão de Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, é para segurança da mesma em relação a empresa que poderia vencer a licitação. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo. A lei de licitações conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei. Sendo assim, o edital de licitação tem força de lei e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado.

7. Sob este contexto, afirma-se que a Administração Pública, deve tratar todas as pessoas sujeitas as suas jurisdições com igualdade. Isto é, sempre que a Administração pretender praticar ato que gere benefício a alguém, todos os interessados no referido benefício devem e têm o direito de ser tratados com igualdade por ele. Seguindo esta linha de raciocínio, a licitação decorre do direito das pessoas de serem tratadas com igualdade pela Administração. Por conseguinte, para tratar todos com igualdade, a Administração deve realizar procedimento que seja equânime, transparente, dando oportunidade para que todos os interessados disputem o contrato que ela irá firmar da mesma maneira. No caso em tela, os demais licitantes apresentaram a certidão como solicitado no item 6.2.4.3, cumprido a exigência do edital, sendo assim, não seria isonômico que a empresa recorrente se classificasse sem apresentar tal documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

8. A igualdade entre os licitantes, principio que impede a discriminação entre os participantes do certame ainda é o epicentro da licitação. Seu não atendimento constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, importando, inclusive, ato de improbidade administrativa. Extraordinariamente, a igualdade é um dos baluartes do ordenamento jurídico nacional, tendo sido encartada no altiplano dos direitos fundamentais prestigiados na Constituição Federal, mais precisamente no caput do art. 5º, por meio do princípio da isonomia.

III - DA CONCLUSÃO

*9. Por todo o exposto, com relação à solicitação acima, OPINO pelo **improvemento** do Recurso Administrativo.*

(...)”.

Isto posto, submetida esta conclusão à minha superior análise para final decisão, **acolho** a **manifestação** constante do **parecer jurídico** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e **DECIDO** pelo acolhimento da manifestação retro da Comissão Municipal de Licitação, que **decidiu não reconsiderar** sua decisão anteriormente proferida, **não dando provimento** ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa licitante inabilitada recorrente: **HP ENGENHARIA LTDA - ME**, mantendo assim a decisão recorrida que outrora **decidiu e julgou INABILITADA** a prosseguir nas demais fases do certame licitatório, a empresa licitante: **HP ENGENHARIA LTDA - ME**, pelo não atendimento da exigência constante do item 6.2.4.3. do Edital nº 68/2019 da Licitação.

Bebedouro/SP., 18 de outubro de 2019.

FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL